Vitorinos SEGUROS

Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2020

As medidas de confinamento e as limitações à mobilidade internacional tiveram um grande impacto nas companhias aéreas e no turismo. O fecho das fronteiras - que também contribuiu para a disrupção na oferta de bens e serviços - fez colapsar o comércio global que, devido às tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos, assim como entre a Europa e o Reino Unido, já começava a registar uma trajetória de contração no final de 2019. No geral, o Banco Mundial prevê que, para 2020 o comércio global se tenha contraído em -9,5%.

A prolongação destas contenções teve também um grande impacto no setor petrolífero, que ainda permanece rodeado de incertezas. Nos primeiros estágios do COVID-19 o preço do petróleo caiu drasticamente, o que levou a OPEP a cortar a produção em aproximadamente 9,7 milhões barril/dia desde abril de 2020 – o maior acordo de corte de produção na história deste setor. Só nos últimos meses do ano é que se começou a verificar uma recuperação, tendo o seu preço médio anual por barril situado nos 41 dólares, o que representa uma queda de 34% face a 2019. Quanto aos restantes bens, na maior parte destes verificou-se uma recuperação nos preços, especialmente dos metais, que conseguiu rapidamente voltar aos seus níveis pré-pandemia, sobretudo devido ao aumento da procura na China.

Nos meses mais recentes, as economias avançadas – em especial os Estados Unidos e vários países da Zona Euro – contabilizaram um aumento de infeções por SARS-Cov2. Nas economias emergentes, o número de novos surtos na Ásia Meridional e Central, na América Latina, nas Caraíbas e na Europa continuou a aumentar. Para aliviar estes efeitos, muitos países foram forçados a manter ou reintroduzir medidas de contenção.

Para mitigar todos estes efeitos, verificou-se uma adoção generalizada de pacotes de estímulos fiscais e monetários, o que levou a uma descida das taxas de juro na maioria das economias avançadas. Também os países emergentes implementaram estes pacotes, mas a adoção destas medidas foi mais limitada em termos de recursos, o que levou a taxas de juros mais elevadas. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, a taxa de manutenção será de -0,526% em 2020. Já nos Estados Unidos, as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses serão de 0,7%.

No tocante às taxas de câmbio, e tendo por base dados do Banco Central Europeu (BCE), a cotação EUR/USD continuou o seu perfil descendente até finais de fevereiro onde atingiu os 1,079, tendo-se registado um pico de 1,146 no início de março, seguido de uma forte queda até finais de março, onde atingiu os 1,071. No decorrer do resto do ano registou uma trajetória ascendente, e a 30 de dezembro atingiu o seu valor mais elevado de 1,228. Quanto à cotação EUR/GBP, também se verificou uma continuação do seu perfil descendente até finais de fevereiro, onde atingiu o valor mais baixo do ano de 0,830 e começou então a subir, tendo em meados de março atingido o valor mais elevado de 0,923, registando novamente uma queda até inícios de abril, onde se situou nos 0,879 e, tendo estabilizado a partir desta data, terminando o ano com uma cotação de 0,899.

No que respeita aos Estados Unidos da América, o Banco Mundial prevê uma queda de -3,6% para o conjunto de 2020. Apesar do apoio fiscal ao rendimento das famílias ter contribuído para uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, os novos surtos do vírus rapidamente reverteram esta trajetória.

Em relação à China, esta registou uma rápida e forte recuperação, com o FMI a prever um crescimento de 1,9% para 2020. Quanto às restantes economias emergentes, 80% dos países enfrentam agora uma recessão económica causada pela pandemia, a qual fez aumentar os níveis de endividamento, que já em 2019 se encontravam em níveis historicamente altos, principalmente para as economias dependentes das exportações, cuja receita colapsou. Também a queda do consumo privado e da produção foi mais severa nestes países. Contudo, o suporte macroeconómico ajudou a mitigar o declínio da atividade nestes países. A queda no investimento foi parcialmente contida por diversos pacotes fiscais e por cortes nas taxas de juro, promovendo assim a liquidez e os empréstimos.

2.2 A nível Nacional

A incerteza sobre a intensidade e evolução da pandemia de COVID-19 prevaleceu ao longo de 2020, tendo os seus múltiplos impactos colocado desafios para a estabilidade financeira do país. Até 2019 a economia portuguesa encontrava-se num período de ajustamento e convergência com o resto da Europa, tendo-se verificado uma redução do endividamento das empresas e particulares para valores próximos da média da área do euro, assim como um excedente do saldo orçamental. Mas com a imposição de medidas de restrição, o encerramento de fronteiras e o seu condicionamento à livre circulação, verificou-se uma acentuada queda da procura e da oferta, com repercussões na situação financeira dos diversos agentes económicos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 registou-se uma contração do PIB de 7,6% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2019, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após o seu contributo positivo verificado em 2019, sobretudo devido à contração do consumo privado. A procura externa também teve o seu impacto negativo, tendo-se verificado reduções intensas nas exportações e importações de bens e serviços – com uma queda de 20,1% e 14,4%, respetivamente. O setor dos serviços - destacando a diminuição sem precedentes das exportações de turismo - foi mais afetado pela crise do que a indústria transformadora. Quanto ao setor da construção, ao contrário do verificado na área do euro, este manteve-se resiliente.

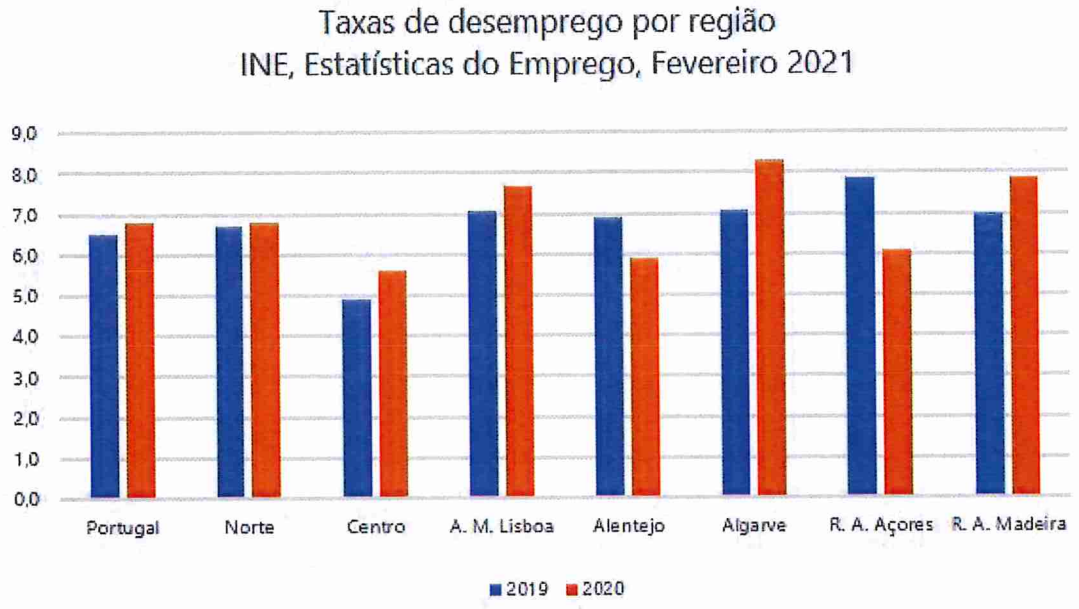
A capacidade de financiamento da economia portuguesa situou-se nos 1,0% do PIB até ao 2º trimestre de 2020, refletindo um aumento de 0,1% face ao trimestre anterior. Também a capacidade de financiamento das famílias registou um aumento, de 2,2%, reflexo da diminuição de 3,7% do consumo final.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, o rácio de endividamento das empresas aumentou 5,7%, resultado do aumento da dívida total das empresas (2,4%), em especial das PME e da indústria transformadora e extrativa (com uma taxa de variação anual (tva) de 6,2% em junho), mas também do comércio, alojamento e restauração (tva de 7,4% no mesmo período) e da construção e atividades imobiliárias (tva de 6,8%). Este aumento interrompeu a tendência de redução que se vinha a observar desde 2013.

Devido à crise sanitária, registou-se uma redução de 1,1% da rendibilidade das empresas em junho de 2020 face a dezembro de 2019, destacando-se as reduções nos setores das indústrias, comércio, transportes e armazenagem e outros serviços. Contudo, verificou-se um aumento da liquidez das empresas, associado à obtenção de novo crédito.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) diminuiu 16,3% em 2020, com maior expressão nas grandes empresas, as quais terão cancelado ou adiado decisões de investimento e, em termos sectoriais, a indústria transformadora foi quem mais contribuiu para esta queda, com uma variação de -18,7%, visto tratar-se de uma atividade com um elevado nível de exportações. Positivamente o setor da Construção foi quem mais contribuiu, com um aumento de 9,6%. Quanto ao investimento total, deverá corresponder a uma taxa de variação de -4,1%.

Em relação ao emprego, para o conjunto do ano o INE aponta para uma taxa de desemprego de 6,8%, um

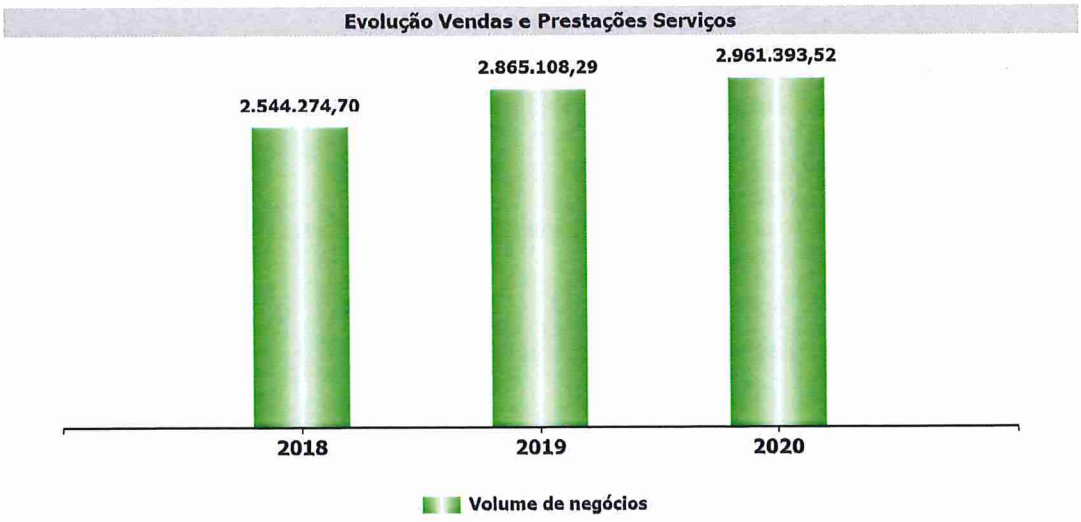


3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

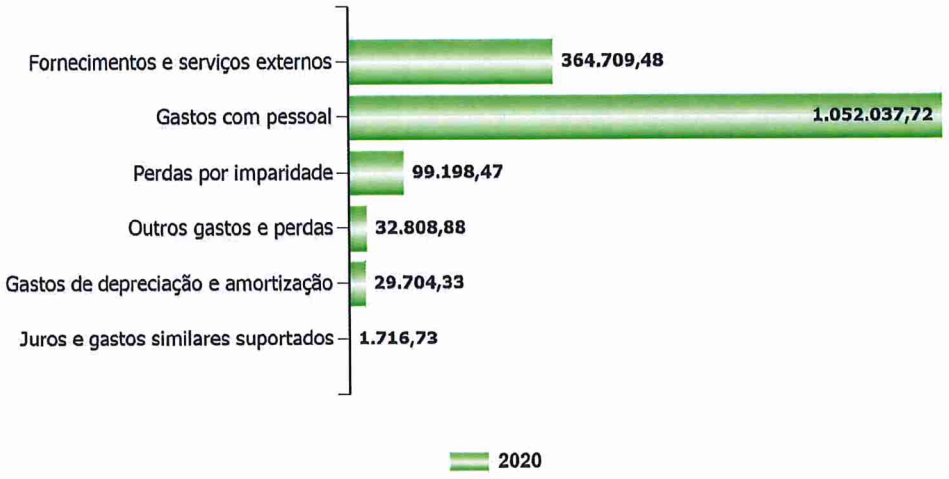
No período de 2020 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 2.961.393,52 €, representando uma variação de 3,36% relativamente ao ano anterior.

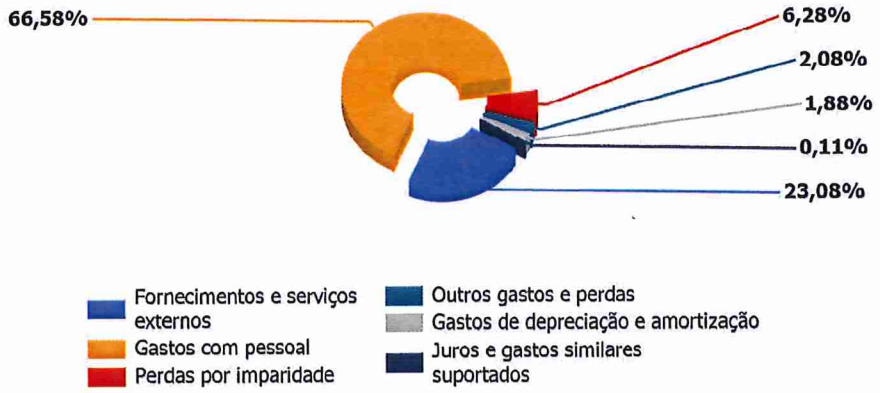
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Estrutura de Gastos

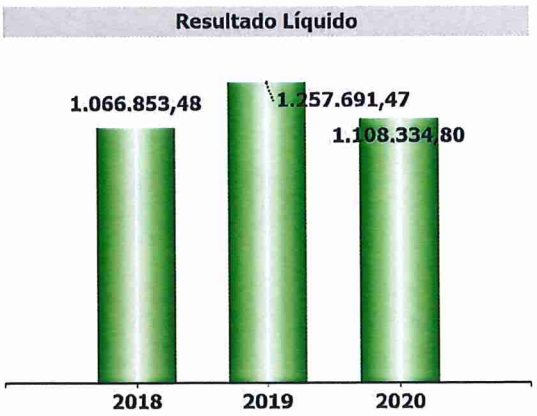


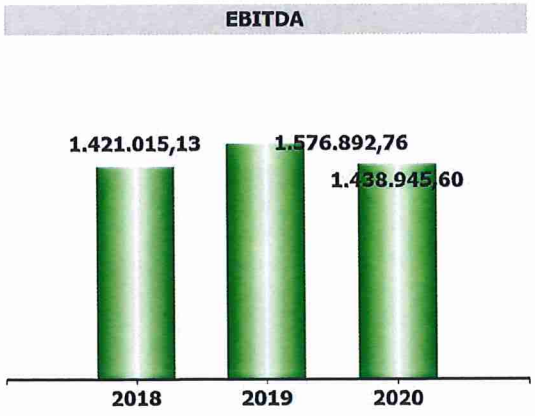
Estrutura de Gastos Percentual



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2020	2019	2018
Gastos com Pessoal	1.052.037,72	840.531,81	744.485,74
Nº Médio de Pessoas	49,00	40,00	37,00
Gasto Médio por Pessoa	**21.470,16**	**21.013,30**	**20.121,24**





Apresenta a Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., um Resultado antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos (Ebitda), uma ligeira variação/redução de 8,7% das operações da empresa, face ao resultado do ano anterior, ainda que o seu desempenho (volume de negócios) tenha apresentado um crescimento de 3,4% em 2020.

O aumento na rúbrica de gastos com o pessoal, em 25,2% acabou por promover alguma redução do Resultado antes de Impostos, representando assim aquele uma redução de 7,9% do resultado face ao ano anterior. A redução em 9,2% dos gastos fornecimentos e serviços externos, face ao peíodo homólogo, acaba por representar algum efeito deste cenário de pandemia em que nos encontramos, o que promove menor nível de deslocações e outras rúbricas que representem a mobilidade dos trabalhadores.

Este Resultado foi então potenciado pela estratégia da empresa para estes dois ultimos anos, aproveitando o facto de Portugal ter um dos regimes fiscais mais atrativos à atribuição de benefícios fiscais às empresas que exerçam, ou venham a exercer, atividades de I&D.

A aposto no Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, que apoia atividades de I&D relacionadas com a criação ou melhoria de produtos, processos ou sistemas, que se traduzam num avanço técnico-científico para o setor, trouxe esse "ganho fiscal" ás contas da empresa.

Assim, a aposta em fundos de investimento em I&D, tendo como objetivo investir em empresas que detenham o Reconhecimento de Idoneidade na prática de atividades de I&D, resulta que desta forma, ao subscrer os referidos fundos, a empresa investe indiretamente em I&D, tornando aqueles, elegíveis no âmbito do SIFIDE.

Investir em Fundos de Investimento é uma nova realidade cujo objetivo passa pelo aumento de investimento em I&D, colmatando o défice do investimento em Investigação e Desenvolvimento em Portugal.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., assistiu a um 2020 novo e desafiante, fazendo face a todas as novas questões impostas pela pandemia que estamos a viver.

A nossa principal preocupação foi a de assegurar os níveis de segurança e máxima protecção aos nossos colaboradores e clientes.

Conseguimos, durante o ano de 2020, ter todas as nossas lojas abertas ao público, assumindo assim a nossa responsabilidade perante os nossos clientes.

Acreditamos que a nossa responsabilidade e prudência foram valorizadas pelos nossos clientes, tendo-nos permitido desenvolver o nosso negócio sem quebras, nem ao nível de receitas nem de número de clientes.

O facto de termos tido todos os nossos colaboradores, de forma rotativa, em regime de teletrabalho, levou a novos desafios ao nível das comunicações e do atendimento e resposta aos clientes. Contudo, e uma vez mais, a sociedade foi capaz de responder positivamente. Cumpre-nos registar e agradecer publicamente a todos os nossos colaboradores que tiveram uma dedicação e entrega digna de registo.

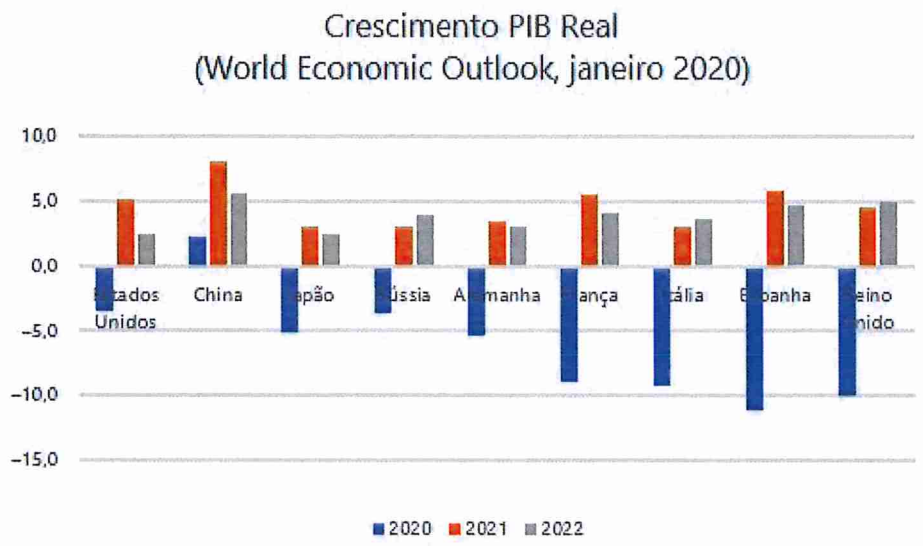
Em 2020, para maior implantação no mercado da mediação de seguros, promoveu a estratégia de aquisição da sociedade de mediação, Linha Medieval, presente em Torres Novas, através da participação de uma empresa do grupo Vitorinos que adquiriu a participação marioritária do seu capital. Aquela sociedade manteve-se independente e autónoma enquanto entidade jurídica. Os primeiros e primordiais passos rumo à integração no Grupo Vitorinos Seguros decorreu sem problemas e de forma muita positiva, quer ao nível dos clientes quer dos novos colaboradores.

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., na sequência do que já tinha realizado no ano anterior, adquiriu unidades de participação em fundos mobiliários de investigação e desenvolvimento, pretendendo utilizar o benefício fiscal previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 37.º do CFI.

O SIFIDE, previsto no capítulo V (artigos 35.º a 42.º) do Código Fiscal do Investimento, anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, em vigor para os períodos de 2014 a 2020. Este opera por dedução à coleta do IRC, existindo a possibilidade de reporte desse benefício fiscal (dedução à coleta) não utilizado em períodos seguintes (até ao 8.º exercício seguinte).

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., distribuiu durante o ano 2020, resultados de anos anteriores á empresa detentora de 26% do seu capital, a entidade Elementavailable - Unipessoal, Lda., hoje com a designação, Guerra & Vitorino III – Gestão de Imóveis, Lda., podendo aquela, face ao disposto no n.º 1 do artigo 51.º-C do Código do IRC, enquadrar as mesmas no designado Participation Exemption, em que não concorrem para a determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC com sede ou direção efetiva em território português as mais-valias e menos-valias realizadas mediante transmissão onerosa, qualquer que seja o título por que se opere e independentemente da percentagem da participação transmitida, de partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a um ano, desde que, na data da respetiva transmissão, se mostrem cumpridos os requisitos previstos nas alíneas a), c) e e) do n.º 1 do artigo 51.º, bem como o requisito previsto na alínea d) do n.º 1 ou no n.º 2 do mesmo artigo.

A Vitorinos - Mediação de Seguros, Lda., procedeu ainda durante o ano de 2020, a adiantamentos por conta de lucros ao seu sócio José Vitorino.



No tocante ao comércio global, o FMI prevê um crescimento de 8% para este ano e de 6% para 2022, com uma recuperação mais lenta no tocante aos serviços, especialmente os referentes ao turismo e companhias aéreas, que só deverão recuperar inteiramente quando os níveis de transmissão do vírus diminuírem em todo o mundo.

Mesmo com a recuperação prevista para este e próximo ano, a inflação ainda deverá manter-se moderada. Nas economias avançadas projeta-se uma taxa anual média de 1,5% e nas economias emergentes e em desenvolvimento em 4%. Quanto aos preços dos bens, para este ano espera-se uma boa recuperação, em especial no preço dos metais e dos produtos agrícolas. Quanto ao petróleo, o seu preço deverá começar a subir ao longo deste ano, mas ainda assim deverá manter-se bastante abaixo do preço médio de 2019. O BCE aponta para um aumento constante ao longo deste ano, de 50,5 dólares por barril no primeiro trimestre para 54,1 dólares no último trimestre, devendo então continuar a aumentar, mas num ritmo mais moderado, devendo atingir os 56,9 dólares em 2023. Contudo, é de frisar que estas projeções estão muito dependentes da forma como se desenvolver a atividade económica mundial, pois novos choques na procura e consumo destes bens poderão ocorrer caso voltem a ser tomadas medidas de restrição e isolamento globais. Quanto aos restantes bens, para este ano projeta-se um forte crescimento, em especial para o metal.

Quanto aos mercados financeiros, espera-se que a necessidade de liquidez venha a pressionar a subida das taxas de juro. Para a Euribor para depósitos a 3 meses, não se prevê sinais de melhoria durante este ano, devendo registar uma manutenção de -0,543%. Já nos Estados Unidos, espera-se que as taxas de juro de referência para depósitos a 6 meses reduzam para 0,4% em 2021, com uma prolongação desta tendência nos próximos anos.

Apesar de muitos países terem registado uma recuperação dos níveis de emprego mais forte do que o previsto, ainda existe um elevado nível de desemprego a nível global (a título exemplificativo, nos Estados Unidos, em comparação com fevereiro de 2020, existem menos 9 milhões de pessoas empregadas). Este peso recaiu desproporcionalmente entre mulheres e jovens, assim como entre trabalhadores com baixos níveis de educação, que viram o seu rendimento cair severamente. Países que tenham um elevado número de pessoas empregadas em setores que dependam do contacto social, assim como países dependentes das exportações de bens, e países onde o encerramento das escolas levou a um grande retorno dos níveis de acumulação de capital humano estão particularmente expostos a danos persistentes.

O considerável apoio fiscal anunciado em alguns países avançados para este ano, tais como os Estados Unidos e o Japão em dezembro de 2020, juntamente com o desbloqueio do fundo Next Generation EU por parte do Concelho Europeu para apoiar os estados membros atingidos pela pandemia entre 2021-23, irão ajudar a elevar a atividade económica entre as economias avançadas, com repercussões favoráveis para os

Já para 2022, o crescimento ainda será moderado, de 4,2%, permanecendo 6% abaixo dos níveis pré-pandemia. Durante a próxima década, é expectável que a pandemia venha a reduzir o crescimento potencial entre 0,6% a 3,4%, sendo que mais de 90% destes países verão o seu rendimento per capita cair, com um terço destes países a ter um rendimento per capita inferior ao que tinham em 2019. Para além disso, muitos destes países vão enfrentar constrangimentos quanto à procura e distribuição de vacinas, o que irá atrasar a sua recuperação económica.

Esperam-se recuperações mais positivas no tocante às exportações, no seguimento da recuperação da atividade económica dos principais parceiros comerciais, o que levará também a uma melhoria nos déficits destes países, o que poderá melhorar a sustentabilidade das suas dívidas soberanas. Assim, o foco para este ano será aumentar as exportações e os preços dos bens, assim como impulsionar o consumo privado e o investimento.

Um elevado nível de incerteza envolve estas previsões. Por um lado, o possível surgimento de uma nova vacina e tratamentos contra o vírus podem melhorar as mesmas. Por outro lado, novas ondas de infeções e/ou atrasos na distribuição das vacinas podem reverter a situação económica atual, com mais medidas de distanciamento social e isolamento a serem aplicadas. O acesso desigual a tratamentos e vacinas pode também influenciar negativamente a recuperação económica global. Devido ao aumento da dívida, alguns países poderão também vir a sofrer de problemas financeiros, revertendo-se também no aumento do desemprego.

Tal como em prévias crises económicas, é expectável que esta pandemia deixe efeitos adversos na atividade económica global e no rendimento per capita no longo prazo. Segundo o World Economic Forum no seu Global Risks Report 2021, a próxima década apresenta vários riscos ao crescimento económico, sendo o de maior impacto as doenças infeciosas, seguida da falha das ações climáticas e outros riscos ambientais. Também a desigualdade digital e falta de segurança cibernética são apontadas como riscos de elevada probabilidade.

Em termos de horizonte temporal, para os próximos dois anos os principais riscos incluem crises no mercado de trabalho e nos meios de subsistência, aumento da desigualdade digital, estagnação da economia, danos ambientais, erosão da coesão social e ataques terroristas. Num horizonte de 3 a 5 anos, os principais riscos serão a instabilidade dos preços, choques nos bens e crises de dívida, seguidos de riscos geopolíticos. Num período mais longo, de 5 a 10 anos, riscos ambientais, tais como perda da biodiversidade, crises de recursos naturais e falhas na ação climática serão os mais críticos. Assim, ao longo da próxima década será necessário um esforço político abrangente para reacender um crescimento robusto, sustentável e equitativo. As ações políticas deverão garantir um suporte eficaz no decorrer da recuperação económica.

No curto prazo, será necessária uma forte cooperação multilateral para trazer a pandemia sob controle em todos os países. Tais esforços incluem o reforço do financiamento para o COVAX – um programa da Organização Mundial da Saúde para acelerar o acesso equitativo das vacinas -, o qual permitirá acelerar o acesso às vacinas em todos os países, garantindo assim uma distribuição universal de vacinas, com preços acessíveis a todos.

Mesmo com o controlo da pandemia, os danos causados em 2020 podem ser mais severos do que o expectável. O ambiente nos negócios e nos consumidores pode ser mais cauteloso, o que poderá resultar num enfraquecimento do consumo e dos investimentos. O elevado nível da dívida das empresas e dos Estados também pode pesar na atividade económica dos próximos anos. Assim, é também importante uma colaboração global de forma a garantir o acesso adequado à liquidez internacional dos países com elevados níveis de dívida. Onde a dívida soberana for insustentável, os países elegíveis deverão trabalhar em conjunto com os credores para reestruturar a sua dívida, no âmbito do Quadro Comum acordado pelo G20.

Os governos deverão manter-se vigilantes e adaptar as suas medidas consoante a situação evolua favorável ou desfavoravelmente, implementando medidas fiscais e monetárias que apoiem a economia, assegurando que a transparência e independência não sejam comprometidas. Simultaneamente, deverão priorizar a gestão dos riscos de saúde, assegurando-se que os seus sistemas de saúde estão adequadamente preparados e equipados de forma a conter possíveis surtos e propagações do vírus, assim como o apoio às populações

inflação deverá situar-se nos 0,3% este ano, aumentando para 0,9% em 2022 e devendo atingir os 1,1% em 2023.

Ao longo do horizonte de projeção, espera-se ainda um aumento gradual do emprego, decorrentes da recuperação dos setores mais expostos aos contactos pessoais e ao turismo, devendo, contudo, somente alcançar os seus valores pré-pandemia no final de 2023. Ainda assim, projeta-se um aumento da taxa de desemprego durante este ano, para 8,8%, devendo nos anos seguintes diminuir gradualmente, para 8,1% em 2022 e 7,4% em 2023.

O consumo privado deverá crescer 3,9% este ano, 3,3% no ano seguinte e 1,1% em 2023, devendo assim atingir os valores pré-pandemia no final de 2022. No que respeita ao consumo público, projeta-se para este ano um aumento de 4,9% do consumo público, refletindo assim a retoma dos serviços públicos ao seu normal funcionamento, devendo representar um valor elevado até 2023.

O saldo da balança corrente deverá registar um excedente neste e nos próximos anos, devendo atingir 2,7% do PIB no final do horizonte. É de elevada importância que se retome o processo de consolidação orçamental, de forma a reduzir a probabilidade de reavaliações do risco soberano associadas a dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública. No curto prazo, derivado das medidas adotadas pelo BCE para mitigação do impacto da crise pandémica, os custos de financiamento do soberano deverão manter-se reduzidos.

A retoma da atividade projetada para este ano encontra-se condicionada pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafetação de recursos entre empresas e entre setores. O aumento do endividamento dos setores público e privado, assim como do risco de crédito coloca enormes desafios à economia portuguesa nos próximos anos. A atuação das políticas nacionais e supranacionais continuará a ter um papel fundamental na recuperação da resiliência da economia nacional, devendo promover a retoma do investimento e a correta afetação de recursos.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa dê mais alguns passos rumo à sua profissionalização, tendo sido efectuados diversos investimentos ao nível do Marketing, tecnologia e informática e reforço do quadro de colaboradores, com esse fim.

O crescimento do volume de negócio, da carteira de carteiras e prémios sob gestão continua a exigir da sociedade uma postura proactiva, de investimento, dotando a mesma dos recursos capazes de responder aos desafios presentes e procurando criar as fundações que irão dar sustentabilidade ao negócio da Vitorinos Seguros.

É preocupação da sociedade criar as condições para que o actual nível de negócio e de rentabilidade seja sustentável e, desta forma, continue a criar valor numa lógica de médio e longo prazo.

Acreditamos que a indústria seguradora vai continuar o seu processo de consolidação, digitalização e inovação. É nosso objectivo estarmos preparados para qualquer um destes desafios. Temos dado passos firmes, ponderados e prudentes neste sentido, constituindo qualquer uma das três áreas referidas uma missão clara.

Com a introdução do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros (RJDSR), aprovado pela Lei nº7/2019 (de 16 de janeiro), e da Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, os requisitos de qualificação para habilitação à atividade tornaram-se mais exigentes.

Todas as transformações que a indústria seguradora enfrenta colocam grandes desafios às autoridades de supervisão, competindo-lhes criar quadros normativos que permitam justo equilíbrio entre as várias dimensões a proteger: a proteção dos consumidores trabalhando para a sua maior capacitação e assegurando que os operadores prosseguem adequadas condutas de mercado; o desenvolvimento de mercado perante os benefícios e os riscos das respostas, garantindo um ambiente regulatório saudável e dinâmico que facilite a oferta de produtos adaptados às novas necessidades e mais personalizados e a estabilidade económica e financeira.